**Noticias de interesse da segurança publica em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, nas semanas de**

**31 de outubro a 11 de novembro de 2016.**

**1. PODER LEGISLATIVO -**

**1.1** **PROPOSIÇÕES APRESENTADAS**

[**Militar estadual reformado pode perder atribuição da ativa**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/516757-VIOLACAO-DE-COMUNICACAO-MILITAR-ELETRONICA-PODE-TORNAR-SE-CRIME.html)

O **Projeto de Lei** [5867/16,](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2092460) em análise na Câmara dos Deputados, retira de militares estaduais da reserva ou reformados as responsabilidades e as prerrogativas do posto ou graduação que ocupava na ativa. Segundo o autor da proposta, deputado Cabo Sabino (PR-CE), o objetivo é evitar conflitos de hierarquia quando um policial militar da reserva ou reformado pratica ou é vítima de ocorrências policiais. “Na prática, o que estamos fazendo é afastar o conflito de hierarquia no momento em que se dá o ato da detenção do militar reformado ou da reserva”, afirma o autor. **Leia mais** **(click no título da matéria).**

[**PEC prevê escolha do ministro da Justiça e do advogado-geral da União pelo Senado**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/518652-PEC-PREVE-ESCOLHA-DO-MINISTRO-DA-JUSTICA-E-DO-ADVOGADO-GERAL-DA-UNIAO-PELO-SENADO.html)

Em análise na Câmara dos Deputados, proposta de emenda à Constituição (PEC) estabelece que a escolha do ministro da Justiça e do advogado-geral da União (AGU) passe pelo aval do Senado. A **PEC** [222/16](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085018) determina que tanto o ministro da Justiça como o advogado-geral da União (AGU) sejam escolhidos entre candidatos indicados em lista tríplice. **Leia mais. (click no título da matéria).**

**1.2** [**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cspcco)

[**Comissão aumenta punições para crimes gravíssimos contra policiais legislativos**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/518778-COMISSAO-AUMENTA-PUNICOES-PARA-CRIMES-GRAVISSIMOS-CONTRA-POLICIAIS-LEGISLATIVOS.html)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o **Projeto de Lei** [2310/15,](http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/resultadoPesquisa?numero=2310&ano=2015&autor=&inteiroTeor=&emtramitacao=Todas&tipoproposicao=%5BPL+-+Projeto+de+Lei%5D&data=03/11/2016&page=false) do deputado Carlos Manato (SD-ES), que transforma em crime hediondo a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e a lesão corporal seguida de morte praticadas contra agentes de polícia legislativa O texto altera dispositivos do Código Penal (**Decreto-Lei** [2.848/40](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-norma-pe.html)) e da **Lei de Crimes Hediondos** ([8.072/90](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8072-25-julho-1990-372192-norma-pl.html)) e pune também com mais rigor o homicídio qualificado (no mínimo 12 anos de reclusão) e a lesão corporal (aumento de 1/3 a 2/3) quando praticados contra policiais legislativos. **Leia mais.**

[**Comissão torna crime hediondo posse ou porte ilegal de armas de uso restrito**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/518772-COMISSAO-TORNA-CRIME-HEDIONDO-POSSE-OU-PORTE-ILEGAL-DE-ARMAS-DE-USO-RESTRITO.html)

A Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que torna crime hediondo a posse ou o porte ilegal de armas de fogo de uso restrito - aquelas reservadas a agentes de segurança pública e às Forças Armadas. O texto aprovado é o do Projeto de Lei [3376/15](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/518770-PROJETO-TORNA-CRIME-HEDIONDO-POSSE-OU-PORTE-ILEGAL-DE-ARMAS-DE-FOGO-DE-USO-RESTRITO.html), do Senado, que altera a **Lei de Crimes Hediondos** ([8.072/90](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8072-25-julho-1990-372192-norma-pl.html)).Relator na comissão, o deputado Alexandre Baldy (PTN-GO) ponderou que a ressocialização de infratores – por meio da aplicação de medidas socioeducativas – é sempre a melhor solução de longo prazo para combater a violência no País. **Leia mais.**

[**Segurança Pública rejeita projeto que anistia manifestantes sociais condenados**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/518757-SEGURANCA-PUBLICA-REJEITA-PROJETO-QUE-ANISTIA-MANIFESTANTES-SOCIAIS-CONDENADOS.html)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados rejeitou proposta que concede anistia, anula e revoga condenações, ações penais e inquéritos policiais contra pessoas e lideranças de movimentos sociais, sindicais e estudantis que participaram de greves, ocupações de fábricas, de terras e de escolas e ainda de manifestações e outras atividades públicas a partir de 5 de outubro de 1988. **Leia mais.**

[**Comissão rejeita permissão para polícia utilizar flagrante preparado para capturar criminosos**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/518747-COMISSAO-REJEITA-PERMISSAO-PARA-POLICIA-UTILIZAR-FLAGRANTE-PREPARADO-PARA-CAPTURAR-CRIMINOSOS.html)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado rejeitou, no último dia 25, o **Projeto de Lei** [4246/15](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/518744-PROJETO-PERMITE-QUE-POLICIA-PRENDA-CRIMINOSOS-MEDIANTE-FLAGRANTE-PREPARADO.html), do deputado Marcelo Belinati (PP-PR), que permite a apreensão de criminosos mediante flagrantes preparados pela polícia. O autor alegou que esse modelo é utilizado em diversos países, sendo muito eficiente no combate aos crimes sexuais, e que a vedação no Brasil beneficia o criminoso, e não a sociedade. **Leia mais.**

[**Segurança Pública autoriza monitoramento de áudio e imagem em celas**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/518706-SEGURANCA-PUBLICA-AUTORIZA-MONITORAMENTO-DE-AUDIO-E-IMAGEM-EM-CELAS.html)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou projeto que autoriza a instalação de equipamentos de captação de áudio e imagem nas celas para monitorar os presos (**PL** [2687/15](http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/resultadoPesquisa?numero=2687&ano=2015&autor=&inteiroTeor=&emtramitacao=Todas&tipoproposicao=%5BPL+-+Projeto+de+Lei%5D&data=01/11/2016&page=false)). A proposta é originária da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o sistema carcerário brasileiro, e acrescenta a previsão na **Lei de Execução Penal** (**Lei** [7210/84](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7210-11-julho-1984-356938-norma-pl.html)). O texto determina que as penitenciárias tenham equipamento eletrônico para captação de sinais ópticos e acústicos. **Leia mais.**

[**Comissão aprova pensão para dependentes de militar licenciado ou excluído**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/518694-COMISSAO-APROVA-PENSAO-PARA-DEPENDENTES-DE-MILITAR-LICENCIADO-OU-EXCLUIDO.html)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou projeto do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) que assegura o pagamento de pensão aos dependentes do militar licenciado ou excluído (**PL** [1627/15](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/518691-PROJETO-GARANTE-PENSAO-PARA-DEPENDENTES-DE-MILITAR-LICENCIADO-E-EXCLUIDO.html)). Pela proposta, os dependentes do militar com mais de dez anos de serviço, licenciado ou excluído a bem da disciplina, por autoridade competente, passarão a perceber a pensão militar. O relator, Ademir Camilo (PTN-MG) recomendou a aprovação do texto. “Concordamos com a ideia central de que, aos dependentes de militar distrital excluído com serviço ativo, reste o direito a perceber a pensão", observou Camilo. **Leia mais.**

**1.3 COMISSÃO DE** [**CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci)

[**Comissão proíbe transmissão de sessões do STF que tratem de processos penais e cíveis**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/519278-COMISSAO-PROIBE-TRANSMISSAO-DE-SESSOES-DO-STF-QUE-TRATEM-DE-PROCESSOS-PENAIS-E-CIVEIS.html)

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou, na última quarta-feira (9), proposta que proíbe a TV Justiça de transmitir as sessões do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos demais tribunais superiores que envolvam julgamento de processos penais e cíveis. Pela proposta, será proibida a transmissão ao vivo ou gravada, com ou sem edição. As mesmas proibições valerão para a Rádio Justiça. O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Silas Câmara (PRB-AM), ao **Projeto de Lei** [7004/13](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/469315-PROJETO-PROIBE-TV-JUSTICA-DE-TRANSMITIR-AO-VIVO-SESSOES-DO-STF.html), do deputado Vicente Candido (PT-SP). **Leia mais.**

**1.4**  **COMISSÃO DE** [**EDUCAÇÃO**](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce)

[**Comissão debate aposentadoria de professor, teto de gastos e reforma da Previdência**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/518846-COMISSAO-DEBATE-APOSENTADORIA-DE-PROFESSOR%2C-TETO-DE-GASTOS-E-REFORMA-DA-PREVIDENCIA.html)

A [Comissão de Educação](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/conheca/membros) discutirá em audiência pública, na terça-feira (8), a situação do professor aposentado, a atuação da Associação dos Professores do Magistério do estado de São Paulo (Apampesp), a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Teto dos Gastos Públicos e a reforma da Previdência. A audiência foi proposta pelo presidente do colegiado, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que discutirá a PEC dos Gastos (**PEC** [241/16](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351)), já [aprovada](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/518417-CAMARA-APROVA-PEC-DO-TETO-DOS-GASTOS-PUBLICOS-EM-2-TURNO.html) pela Câmara, e a reforma da Previdência, cuja proposta ainda não foi encaminhada pelo governo, mas está prevista para ainda este ano. **Leia mais.**

**1.5**  **COMISSÃO ESPECIAL PEC 430/09 -** [**UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES**](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/unificacao-das-policias-civis-e-militares)

[**Comissão promove debate em Belo Horizonte sobre unificação das polícias**](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/518788-COMISSAO-PROMOVE-DEBATE-EM-BELO-HORIZONTE-SOBRE-UNIFICACAO-DAS-POLICIAS.html)

A Comissão Especial da Unificação das Polícias Civis e Militares da Câmara dos Deputados promove seminário na segunda-feira (7), em Belo Horizonte (MG), sobre a viabilidade da unificação e seus desdobramentos. O deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG), que solicitou o evento, assinala que o modelo atual de polícia no Brasil está arcaico, sem modernização e sem condições próprias de dar a população a resposta necessária ao combate aos crimes de maior potencial ofensivo e também aos crimes de menor potencial. Na opinião do parlamentar, muitas vezes, a ineficiência faz com que a sociedade saia da razão e decida por ações mais conturbadas e perigosas. **Leia mais.**

**1.6 AGENDA DA SEMANA**

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/agenda.html>

## DESTAQUES DA AGENDA ([Agência Câmara Notícias](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias))

**TERÇA-FEIRA (15)**
Feriado Nacional: Proclamação da República

**QUARTA-FEIRA (16)**

**13h55**[**Votação em Plenário**](http://www.camara.leg.br/internet/plenario/pautadasemana/pauta_s.pdf)
Estão na Ordem do Dia o PL 7371/14, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; o PLC 163/15, que muda a forma de cálculo da parte do ICMS devida aos municípios quanto à parcela de receita gerada pelas hidrelétricas; o PL 3490/12, que proíbe a eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos congêneres; o PL 1775/15, que institui o Registro Civil Nacional; e o  PL 4238/12, que cria um piso salarial nacional para vigilantes.
Plenário Ulysses Guimarães

**14 horas**[**Comissão Especial sobre a Reforma Política**](http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=45691)
Reunião para discussão sobre desincompatibilização, pré-campanha, pesquisas eleitorais, antecipação de registro e deliberação de requerimentos.
Plenário a definir

**14h30**[**Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**](http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=45727)
Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 1

**15h30**[**Comissão Especial sobre a Carreira da Receita Federal (PL 5864/16)**](http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=45724)
Votação de destaques ao projeto.
Plenário a definir

**17 horas**[**Sessão do Congresso Nacional**](http://www.congressonacional.leg.br/portal/ordemDia/listaSessao?codigoSessao=4002&dataOrdia=16/11/2016)
Votação de vetos presidenciais e do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017.
Plenário Ulysses Guimarães

**QUINTA-FEIRA (17)**

[**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**](http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=45738)
Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 14

**SEXTA-FEIRA (18)**

**9 horas**[**Comissão de Legislação Participativa**](http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=45674)
Ciclo de debates sobre o futuro da Seguridade Social no Brasil.
Expositores: Auditoria Cidadã da Dívida; Alessandra Cardoso, representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos; Vanda Anselmo Braga dos Santos, presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social; Frente Estadual em Defesa do SUS.
Assembleia Legislativa do Ceará

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura '[Agência Câmara Notícias](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias)'

**2. PODER LEGISLATIVO -**

**2.1** **PLENÁRIO**

[**Senado aprova Henrique Ávila para Conselho Nacional de Justiça**](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/09/senado-aprova-henrique-avila-para-conselho-nacional-de-justica)

Foi aprovada em Plenário, nesta quarta-feira (9), a indicação do advogado Henrique de Almeida Ávila para a vaga reservada ao Senado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O nome havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no início de outubro. Henrique Ávila, de 33 anos, é professor de Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre e doutorando também pela PUC-SP. É advogado do escritório Sérgio Bermudes. **Leia mais** **(click no título da matéria).**

[**Aprovada atuação de policiais e bombeiros militares da reserva na Força Nacional**](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/01/senado-aprova-mp-que-permite-a-atuacao-de-militares-da-reserva-na-forca-nacional)

O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (1º) a medida provisória que permite que o policial ou o bombeiro militar da reserva dos estados e do Distrito Federal, que tenham passado para a inatividade no prazo de até cinco anos, possam desempenhar atividades de cooperação federativa, excepcionalmente e em caráter voluntário, na Força Nacional de Segurança Pública. A MP modifica a lei que criou a Força Nacional (**Lei** [11.473/2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11473.htm)) para atender necessidades emergenciais de segurança pública nos estados. O governo alega que a alteração legislativa permitirá o aumento do efetivo da Força Nacional sem que as polícias militares estaduais sejam desfalcadas. A **MP** [737/2016](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126409) foi aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 28/2016, por ter sido alterada, e agora segue para sanção presidencial. **Leia mais. (click no título da matéria).**

**2.2**  **OUTRAS NOTÍCIAS DO SENADO**

[**Para Medeiros, Brasil deve decidir se adota política de segurança preventiva ou repressiva**](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/10/para-medeiros-brasil-deve-decidir-se-adota-politica-de-seguranca-preventiva-ou-repressiva)

O senador José Medeiros (PSD-MT) advertiu que o país precisa tomar uma decisão sobre que tipo de política de segurança pública vai adotar — se preventiva ou repressiva. — Não podemos ficar parados — alertou o senador. Ele reconheceu que o combate à violência é grande desafio devido ao tamanho do país. Após observar que Mato Grosso sozinho tem quase duas vezes o tamanho da França, o senador disse que, pela fronteira do estado, carros roubados em todo o Brasil são levados para a Bolívia e entram armas de grosso calibre, além de drogas. **Leia mais.**

**2.3 AGENDA DA SEMANA**

<http://www12.senado.leg.br/noticias/agendasemanal/2016/11/14>

## DESTAQUES DA AGENDA

# Agenda - 14/11/2016 (Segunda-feira)

## 14h

1. **Plenário -**

A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

**Local:**Plenário do Senado - **Status:**Confirmada

# Agenda - 16/11/2016 (Quarta-feira)

## 10h

1. **Comissão/Constituição e Justiça -**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem reunião deliberativa com 35 itens. Entre eles, a [PEC 50/2016](http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=127262), que assegura a continuidade das vaquejadas, desde que o bem-estar dos animais seja garantido. Veja a pauta [completa](http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?9&codcol=34)

**Local:**Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 - **Status:**Confirmada

# Agenda - 17/11/2016 (Quinta-feira)

## 14h30

1. **Sessão Extraordinária -**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da [PEC 55/2016](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337), que limita gastos públicos.

**Local:**Plenário do Senado - **Status:**Confirmada

**3. PODER JUDICIÁRIO -**

**3.1** [**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**](http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp)

[**STF considera inviável recálculo de aposentadoria por desaposentação sem previsão em lei**](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=328199)

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão nesta quarta-feira (26), considerou inviável o recálculo do valor da aposentadoria por meio da chamada desaposentação. Por maioria de votos, os ministros entenderam que apenas por meio de lei é possível fixar critérios para que os benefícios sejam recalculados com base em novas contribuições decorrentes da permanência ou volta do trabalhador ao mercado de trabalho após concessão da aposentadoria. A tese a ser fixada para efeito da repercussão geral deverá ser votada no início da sessão plenária desta quinta-feira (27). **Leia mais** **(click no título da matéria).**

**3.2** [**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**](http://www.stm.jus.br/)

[**STM organiza o IV Foro Interamericano de Justiça Militar**](http://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/6682-stm-organizaiv-foro-interamericano-de-justica-militar)

O Superior Tribunal Militar recebe a quarta edição do Foro Interamericano de Justiça Militar, que acontecerá em Brasília, entre os dias 5 e 7 de dezembro, no Auditório do STM. Trata-se de um evento de cúpula integrado por presidentes e integrantes de cortes militares do continente, advogados militares, membros de Ministérios Públicos, comandantes das Forças Armadas, além de estudiosos do direito militar, direito internacional humanitário, direito operacional e direito internacional dos conflitos armados. Já confirmaram presença no evento delegações da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México e Peru. **Leia mais.**

[**Câmara dos Deputados cria Subcomissão Especial para reforma do Código Penal Militar**](http://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/6676-camara-dos-deputados-cria-subcomissao-especial-para-reforma-do-codigo-penal-militar)

O presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro William de Oliveira Barros, recebeu, nesta segunda-feira (7), o deputado federal Subtenente Gonzaga (PDT/MG), no edifício-sede do STM, em Brasília. Além de estreitar o relacionamento institucional entre o STM e a Câmara Federal, a visita do parlamentar permitiu aprofundar discussões sobre temas que farão parte da reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal Militar. Ambos são de 1969 e a revisão é um anseio das Justiças Militares, do Ministério Público Militar, das Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros dos estados e de muitos outros atores envolvidos com o Direito Militar. **Leia mais.**

**3.3** [**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**](http://www.cnmp.gov.br/)

[**Tem início o II Encontro Nacional do Ministério Público com atuação na Justiça Militar**](http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/todas-as-noticias/9845-tem-inicio-o-ii-encontro-nacional-do-ministerio-publico-com-atuacao-na-justica-militar)

Teve início, na tarde desta quinta-feira, 10 de novembro, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília-DF, o II Encontro Nacional do Ministério Público com atuação na Justiça Militar. O evento, promovido pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP/CNMP), tem como objetivo debater temas e aprimorar ações de promotores e procuradores que atuam perante a Justiça Militar Federal e Estadual. **Leia mais.**

**4. PODER EXECUTIVO -**

**4.1**[**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**](http://www.defesa.gov.br/)

[**Força Nacional permanece em Porto Alegre (RS) por mais 90 dias**](http://www.justica.gov.br/noticias/forca-nacional-permanece-em-porto-alegre-rs-por-mais-90-dias)

Foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (10) a prorrogação da presença da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) no Rio Grande do Sul. O objetivo da operação é conter a criminalidade, especificamente os crimes contra a vida (homicídios) da cidade de Porto Alegre. O pedido foi uma manifestação do governo gaúcho ao ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes. O efetivo trabalhará em consonância com os órgãos de segurança pública do estado para exercer ações de polícia ostensiva, polícia judiciária e forense. **Leia mais** **(click no título da matéria).**

**4.2** [**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**](http://www.previdencia.gov.br/)

[**RPPS: Rodada de secretários de Fazenda discute reforma da previdência**](http://www.previdencia.gov.br/2016/11/rpps-rodada-de-secretarios-de-fazenda-discute-reforma-da-previdencia/)

O secretário de Previdência, Marcelo Caetano, participou nesta quinta-feira (10) da Rodada de Secretários de Fazenda, evento do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB), promovido pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), que, tratou, entre outros temas, da reforma da previdência. Caetano observou que a proposta tem dois grandes nortes: a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro e a convergência de regras entre os regimes dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos. “Estamos fazendo a reforma para preservar a previdência e garantir o pagamento dos benefícios lá na frente”, afirmou. **Leia mais**

[**REGIMES PRÓPRIOS: Estados buscam saídas para os problemas da previdência dos servidores**](http://www.previdencia.gov.br/2016/11/regimes-proprios-estados-buscam-saidas-para-os-problemas-da-previdencia-dos-servidores/)

Buscar propostas para a reforma da previdência dos servidores estaduais foi o objetivo de reunião do Comitê dos Secretários de Estado de Fazenda (Comsefaz), na sede da Firjan, no Rio de Janeiro, nesta sexta-feira (4), que reuniu especialistas de todo o país. Para o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, que participou do encontro, “o momento é propício para a realização de uma reforma e, inclusive, está se criando uma consciência nacional da sua necessidade”. Caetano alertou para o fato de a dívida previdenciária explícita dos regimes próprios ser “ínfima” em relação à dívida atuarial [o valor necessário para cumprir os compromissos futuros]: “Quando tomamos a dívida conhecida dos estados na área da previdência e comparamos com a dívida atuarial, vemos que estamos diante apenas da ponta de um iceberg”, analisou. **Leia mais.**

**5.  OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, LIVROS, REVISTAS ETC.)**

[**STF confirma que prisão após 2ª instância vale para todos os casos**](http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/stf-confirma-que-prisao-apos-2-instancia-vale-para-todos-os-casos.html)

O [Supremo Tribunal Federal](http://g1.globo.com/tudo-sobre/supremo-tribunal-federal/) (STF) confirmou, em decisão do plenário virtual, que os réus com condenação em segunda instância podem ser presos mesmo que ainda tenham recursos pendentes. Em outubro, ao analisar duas ações que questionavam as detenções antes de se esgotarem as possibilidades de recurso, o chamado "trânsito em julgado", [o STF permitiu as prisões após condenação por um tribunal de segunda instância](http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/supremo-mantem-prisao-apos-condenacao-em-segunda-instancia.html), como um tribunal de Justiça ou tribunal regional federal. As ações julgadas pelo Supremo haviam sido apresentadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Partido Ecológico Nacional (PEN). A entidade dos advogados e o partido político queriam garantir a possibilidade de condenados em segunda instância recorrerem em liberdade enquanto não estivessem esgotadas as possibilidades de recurso, o chamado "trânsito em julgado". A decisão da Suprema Corte, entretanto, foi apertada, com um placar de 6 votos a favor e 5 contra.

[**Governo deve investir R$ 1,2 bi em plano de segurança**](http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/governo-deve-investir-r-1-2-bi-em-plano-de-seguran%C3%A7a-1.1398035)

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, anunciou nesta quinta-feira (10) que o governo federal deverá investir cerca de R$ 1,2 bilhão em 2017 para ações na área de segurança pública. A gestão está prestes a finalizar um plano nacional de segurança, que deverá concentrar os gastos com operações na fronteira, além de combate à violência doméstica e ao número de homicídios. O anúncio foi feito durante reunião do Colégio Nacional de Secretários de Segurança (Consesp), em Goiânia. Moraes, no entanto, não detalhou a origem da verba nem se ela se soma aos R$ 788 milhões para aplicação no sistema prisional anunciados pelo presidente Michel Temer no fim do mês passado.

[**Confira a publicação completa do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública!**](http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica)

A Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte, por meio do [Ofício nº 1507/2016-GS/SESED](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/retificacao_riograndedonorte.pdf), de 31 de outubro de 2016, retificou os dados referentes aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) anteriormente informados ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicados em 28 de outubro de 2016.  Em 31 de outubro de 2016, a Secretaria da Segurança Pública de Alagoas, [conforme documento anexo](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/retificacao_alagoas.pdf), forneceu novas informações sobre a metodologia de contabilização dos CVLI e das mortes decorrentes de intervenção policial no estado. Com base nestes esclarecimentos, os dados de Homicídios Dolosos, Crimes Violentos Letais Intencionais e Mortes Violentas Intencionais (MVI) foram retificados. Os dados atualizados estão publicados na versão completa do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicada em 03 de novembro de 2016. **Leia mais.**

 **5. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME**

**5.1 FENEME PARTICIPA DO SEMINÁRIO NACIONAL DE BOMBEIROS E REUNIÃO DO CNCG/PM-CBM EM FLORIANÓPOLIS**

[**http://www.feneme.org.br//pagina/1515/feneme-participa-do-seminaacuterio-nacional-de-bombeiros-e-reuniatildeo-do-cncgpm-bm-em-florianoacutepolis---sc**](http://www.feneme.org.br//pagina/1515/feneme-participa-do-seminaacuterio-nacional-de-bombeiros-e-reuniatildeo-do-cncgpm-bm-em-florianoacutepolis---sc)

**5.2 FENEME APRESENTA CARTILHA SOBRE OS MILITARES ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL E AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA**

<http://www.feneme.org.br//pagina/1514/feneme-apresenta-cartilha-sobre-os-militares-estaduais-e-do-distrito-federal-e-as-reformas-da-previdecircncia->

**5.3 ARTIGO: “O PROBLEMA DA MEIA POLÍCIA”**

<https://www.stive.com.br/9870-problema-da-meia-policia.html>

 **5.4 ACOMPANHE A FENEME ATRAVÉS DE SUAS MÍDIAS SOCIAIS**

**Facebook:** <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

**Twitter:** <https://twitter.com/realfeneme>

**Sites:** [www.feneme.org.br /](http://www.feneme.org.br/) [www.ciclocompleto.com.br](http://www.ciclocompleto.com.br/)

**Brasília, 11 de novembro de 2016.**

**OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.**